

União e Estado tentam acelerar edital do túnel Santos-Guarujá

Ligação seca tem investimento previsto de R\$ 6 bilhões a ser custeado pelos dois governos e a iniciativa privada

VANESSA RODRIGUES - 22/8/24

BÁRBARA FARIAS

DA REDAÇÃO

O leilão do túnel imerso Santos-Guarujá foi debatido em uma reunião entre o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo, na última segunda-feira. Os dois analisaram formas de encurtar o cronograma e acelerar a concessão da obra à iniciativa privada, mas os governos Federal e Estadual ainda não chegaram a um consenso sobre o tema, conforme apurado por A Tribuna.

Neste mês, houve divergências sobre os prazos para o lançamento do edital. Em entrevista para A Tribuna, o secretário estadual de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini, manifestou a intenção de lançar o edital em fevereiro. Dias depois, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) divulgou que essa etapa deve ocorrer em junho. Hoje, a documentação está em análise no Tribunal de Contas da União (TCU).

Horas antes do encontro com o governador, Costa Filho postou um vídeo nas redes sociais dizendo que espera receber a autorização do TCU para licitar a obra em até três meses. Mas, estendeu ainda mais a previsão de lançamento do certame. “Estamos trabalhando com a meta de, no segundo semestre, possivelmente em agosto ou setembro, fazer a licitação dessa obra, de R\$ 6 bilhões, a maior obra do PAC, do Governo Federal, com o apoio do Governo do Estado”.

Sem detalhar os resultados do encontro na Capital paulista, o ministro comentou que foram debatidas, além do túnel, “pautas importantes para o Estado e para o Brasil”, como o leilão do terminal STS10, que deverá ampliar em 50% a movimentação de contêineres no Porto de Santos, os inves-



Região de Outeirinhos e Macuco, em Santos, que receberá a obra do túnel Santos-Guarujá, discutida há quase cem anos na Baixada Santista

timentos no Porto de São Sebastião, no Litoral Norte, e o fortalecimento da aviação regional.

Procurado pela Reportagem, o MPor não se manifestou até o fechamento desta edição. Já a Secretaria Estadual de Parcerias em Investimentos (SPI), a quem compete a obra do túnel, informou apenas que “o Governo de São Paulo trabalha em conjunto com o Governo Federal para que o edital do túnel imerso Santos-Guarujá seja lançado o mais breve possível”.

ESFORÇO

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, participou do encontro em São Paulo e afirmou que a reunião revelou “o esforço dos governos Estadual e Federal e do Porto

O PROJETO

O túnel imerso Santos-Guarujá será instalado a partir de 21 metros de profundidade no canal aquaviário do Porto de Santos, com cerca de 870 metros de extensão, ligando as duas margens. O empreendimento permitirá a passagem de veículos, ciclistas e pedestres e terá seis vias de pista - três faixas por sentido, sendo uma delas adaptável ao Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). A travessia entre Santos e Guarujá será feita em um minuto e meio.

de Santos para, efetivamente, tirar do papel essa obra centenária, importante para o Brasil e para o Litoral. Nós estamos encontrando um formato de acelerarmos, inclusive, a publicação do edital. Esse foi o objetivo principal”.

Participaram ainda o secretário nacional de Por-

tos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila, e a secretária-executiva de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, entre outras autoridades.

ACORDO DE COOPERAÇÃO

A ligação seca metropolitana tem investimento previsto de R\$ 6 bilhões a ser custeado meio a meio pelos governos Federal e Estadual, com complemento da iniciativa privada. O empreendimento será licitado na modalidade de parceria público-privada (PPP), ficando o concessionário privado responsável pelo planejamento, construção, operação, manutenção e exploração da travessia.

A parceria entre União e Estado foi anunciada em 2 de fevereiro de 2024, em evento realizado na sede da APS. O

acordo de cooperação técnica (ACT) para a construção do túnel foi assinado duas semanas depois por Governo Federal, Governo de São Paulo e APS. O acordo envolve ainda a anuência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

Um plano de trabalho faz parte do acordo, prevendo a participação dos envolvidos, incluindo a produção conjunta de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, e a disponibilização de recursos financeiros necessários à viabilização do projeto. MPor e Estado realizaram, com a participação da APS, as audiências públicas da obra.